

MPF quer aderir à negociação de acordos da Lava-Jato

Deixado de fora das tratativas em andamento entre governo federal e empresas alvos da operação, órgão sinaliza interesse em pacto simultâneo e com os mesmos termos que forem definidos com o Executivo

RENATA AGOSTINI
minha.globo@redesocial.com.br

O Ministério Público Federal (MPF) manifestou interesse em aderir às conversas entre o governo federal e empreiteiras alvos da Operação Lava-Jato para renegociar os termos dos acordos de leniência. A intenção dos procuradores é fazer uma reputação simultânea, ou seja, o que ficar acertado com as empresas valerá tanto para os acordos firmados com a Controladoria-geral da União (CGU) e Advocacia-geral da União (AGU) quanto para os assinados com o MPF.

CGU e AGU aceitaram que o MPF acompanhasse o desenrolar das conversas. O governo, porém, não pretende conversar com as empreiteiras na presença dos procuradores a partir de agora, segundo relato de um negociador. Para a CGU, a reputação tem de ser feita pelos órgãos do governo de forma independente. Ao fim do processo, os termos do novo acordo poderiam ser compartilhados com os procuradores. O MPF então poderia aproveitar o trabalho e replicá-lo em seus acordos caso entendam que os termos são satisfatórios.

As sete empresas que firmaram acordos com o governo devem, juntas, mais de R\$ 8 bilhões em multas, ou cerca de 70% do que foi inicialmente prometido. Em muitos casos há "sobrepesagem", já que as empreiteiras negociaram multas com a extinta força-tarefa da Lava-Jato e depois bus-

caram o governo para também confessar irregularidades e fechar novos acordos.

A rodada de conversas com as empresas foi aberta na semana passada pelo governo, como revelou O GLOBO. A decisão de chamá-las veio após decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou um prazo de 60 dias para que as empreiteiras tentassem repactuar os acordos.

O MPF não foi convidado a participar da reunião, o que causou desconforto entre os procuradores. O desejo do MPF de acompanhar as tratativas foi transmitido a integrantes da CGU e da AGU em encontro dias depois. Segundo um integrante da Procuradoria-geral da República (PGR), ainda que o governo não fosse obrigado a envolver o Ministério Público nas negociações com as empreiteiras, um convite aos procuradores mostraria desejo de inaugurar um ambiente de colaboração.

De acordo com o cronograma estabelecido pelo governo, o prazo para as empresas enviarem o pedido formal de negociação se encerrou ontem. CGU e AGU irão responder com uma primeira avaliação dos casos até o dia 1º de abril.

NOVAS CONDIÇÕES

A maior parte das empreiteiras está inadimplente há bastante tempo e alega que não tem condições de honrar os compromissos com o governo. Elas pleiteiam não só condições mais favoráveis de pagamento, mas também a redução das multas. O



Foto: Sede do MPF: antes residente a renegociação na Lava-Jato, órgão agora quer participar de acordo do governo

À MESA COM O GOVERNO

EMPRESA	QUANDO O ACORDO FOI FIRMADO	VALOR TOTAL DO ACORDO (R\$)	QUANTO DEVE HOJE (R\$)
Novonor (ex-Odebrecht)	2018	2.727 bi	2.554 bi
Metha (grupo controlado pela antiga OAS)	2019	1.929 bi	1.929 bi
Andrade Gutierrez	2018	1.49 bi	1.053 bi
Camargo Corrêa	2019	1.396 bi	0,9 bi
Braskem	2019	2.872 bi	0,694 bi
UTC	2017	0,575 bi	0,536 bi
Nova Participações (ex-Empis)	2019	0,516 bi	0,51 bi

CONTINUA NA PÁG. 11

Executivo, no entanto, já disse não estar disposto a dar descontos nos valores.

Os procuradores também são contra reduzir provas ou fatos narrados e reduzir o que as empreiteiras têm a pa-

gar. Com isso, o que as companhias devem conseguir é somente alongar o prazo de pagamento ou usar o pagamento da dívida creditada tributária, por exemplo.

A PGR vinha externando

resistência a sentar com as empreiteiras. No entendimento do procurador-geral da República, Paulo Gonet, uma eventual renegociação teria de ser feita em Curitiba, onde os acordos foram pac-

tuados originalmente. Por isso, a ideia é que o desenrolar das conversas com as empresas seja acompanhado também pelos procuradores que herdaram os casos da extinta Lava-Jato, os "promotores naturais" dos casos.

BALCÃO ÚNICO

Ao acompanhar as negociações capitaneadas pelo governo, o MPF indica que está disposto a chegar a um entendimento de forma a garantir seu lugar à mesa no futuro. Será uma vitória para a gestão de Gonet, caso fique pacificado que os procuradores têm a prerrogativa de firmarem acordos de leniência.

Diante disso, a PGR mostrou interesse em flexibilizar sua proposta para a criação de um "balcão único" de negociação de futuros acordos. Inicialmente, a sugestão dos procuradores era que os casos começassem sempre pela avaliação do MPF. A CGU não concordou, pois via prejuízo ao seu poder de investigação, segundo um integrante do governo. Foi feita então uma proposta de "porta de entrada dupla" para os casos: as empresas interessadas em fechar acordos poderiam procurar tanto a CGU quanto o MPF. A partir disso, os órgãos atuariam em conjunto na negociação.

Procuradores indicaram concordar com o modelo. Eles veem, inclusive, como ponto positivo que a definição dos valores das multas fique a cargo da CGU, que tem "excelência técnica" para fazer os cálculos, como explicou um integrante da PGR.

Toffoli arquiva ações da operação contra Beto Richa no Supremo

Decisão anulou processos contra ex-governador tucano, preso três vezes

LUÍSA MARZULLO
luisa.marzullo@redesocial.com.br

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na terça-feira a nulidade absoluta e o arquivamento de todos os processos que tramitam na Corte contra o ex-governador do Paraná e atual deputado federal Beto Richa (PSDB). A decisão acolhe as ações no escopo da Operação Lava-Jato, assim como

as ações policiais Rádio Patrulha, Filoto, Integração e Quadro Negro.

Em dezembro passado, Toffoli já tinha afirmado que, em relação à Lava-Jato, havia a "existência inequívoca de conluio processual, em prejuízo dos direitos fundamentais" de Beto Richa e, por isso, decretara a nulidade das ações julgadas pelo ex-juiz federal e hoje senador Sergio Moro (União-PR).

O Ministério Público do Paraná (MP-PR), no entanto, não reconheceu o agravo regimental e questionou a decisão. Toffoli, em nova manifestação, não acatou: "As operações que o procurador de Justiça do Paraná sustenta que seriam da esfera de atuação decorreram, assim, de elementos probatórios obtidos no contexto da Operação Lava-Jato, que o STF, em decisão já irrecorrível, afirmou serem



Defesa: Beto Richa no Congresso



Decisão: Toffoli, em sessão no STF

mulos", diz o magistrado. Neste contexto, além de manter as anulações, Toffoli determinou o arquivamento dos processos que já transitaram em julgado e, por isso, não cabe mais recurso.

As ações que foram anuladas miraram o período em que Beto Richa esteve à frente do governo do Paraná e pararam de investigações por suspeita de desvio de dinheiro em obras pú-

blicas. Entre 2018 e 2019, o tucano foi preso em três ocasiões.

HISTÓRICOS DE PRISÕES

A primeira prisão foi decretada pela Operação Rádio Patrulha, do Ministério Público do Paraná, que investigava o programa do governo estadual Patrulha do Campo, para manutenção das estradas rurais. A segunda, em 2019, ocorreu na 58ª fase da Lava-Jato, conhecida como Operação Integração, que investigava supostos crimes na concessão de rodovias do estado. No mesmo ano, Beto Richa foi preso pela terceira vez, na Operação Quadro Negro, do MP-PR, que investigava o desvio de recursos que deveriam ser usados na construção de escolas. (Com g1)

SABE AQUELE SITE QUE VOCÊ ENTRA FALANDO UAU! E SAI FALANDO @#%*!!?

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais na Classificados do Rio. Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.



Anuncie agora via WhatsApp ou Telagrama 21 2534-4333

